



# Anais da Assembléia

Nº 152

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1980.

ANO VI

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 151.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1980.  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — Procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital do Sr. MILTON LUIZ TOTTI.

O extinto era Secretário da Prefeitura Municipal de Itapejara do Oeste, onde exercia suas funções com zelo e denodo, pai de família exemplar, seu desaparecimento é lamentado não só por seus familiares, mas por toda a população de Itapejara do Oeste, onde o mesmo gozava de grande admiração.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente, à família enlutada na pessoa de sua esposa, residente em Itapejara do Oeste, ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Klemz, ocorrido na Cidade de Ibirama.

O extinto era pai do Sr. Burghart Klemz, Diretor Presidente do Banco Lar Brasileiro S/A, agência de Curitiba, teve sua morte lamentada não só por seus familiares, mas por todos que gozavam de sua amizade.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de seu filho, Burghart Klemz, Diretor do Banco Lar Brasileiro S/A, Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de regozijo pela reeleição do Sr. Dionísio Opuskevich para Presidente do Sindicato Rural de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações, pela outorga da carta sindical ao Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná, por ato do Ministro do Trabalho.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1980.

(a) RENATO BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato era uma antiga aspiração dos empresários de propaganda do nosso Estado, atividade que vem se desenvolvendo vigorosamente, em função da industrialização do Estado e do crescimento das organizações econômicas, além do surto dos meios de comunicação social.

Da decisão do Plenário, solicito que seja dado ciência à Diretoria da nova Entidade Sindical, sito a Rua André de Barros, n.º 750, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado voto de apoio e solidariedade aos moradores das Vilas Parolim e Guaíra, nesta Cidade de Curitiba, que por intermédio de suas Associações de Moradores e Amigos, desencadeiam movimento pela posse da terra onde moram, no próximo domingo, dia 07 de dezembro.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

As Associações de Moradores e Amigos das Vilas Parolim e Guaíra, nesta Cidade de Curitiba, desencadeiam no próximo dia 07 de dezembro um movimento pela posse da terra onde mora. Tal movimento está justificado nas constantes ameaças e tentativas de desejo que vêm sofrendo nos últimos tempos. As justificativas mais explícitas constam em nota distribuída pelas

Associações das referidas Vilas e que passamos a transcrever: "primeiro fomos expulsos do campo. Em busca de emprego em Curitiba fomos obrigados a morar em favelas.

A miséria, a fome, o desemprego, a falta de ter onde morar, os baixos salários que recebemos têm nos acompanhado ao longo dos anos.

Todos tomam decisões sem nos consultar. O Governo, a Prefeitura fazem e desfazem e nunca perguntam ao povo a sua opinião. A COHAB e a Prefeitura vêm nos oferecer casas.

No entanto, nós da Parolim e Guaíra, concluímos que as casas da COHAB, conforme proposta que nos foi apresentada, não resolvem o nosso problema.

Como é que ganhando nossos baixos salários conseguiremos pagar as prestações?

E o ônibus?

Teremos que pagar três ônibus para chegar ao nosso trabalho.

Se pagamos os ônibus não comemos.

E os desempregados, o que será deles?

**QUEREMOS A POSSE DA TERRA ONDE MORAMOS.**

Por outro lado, moramos aqui há longos anos (5, 10, 15 e até 20 anos). Nunca ninguém se interessou por esta terra. Agora que ela valorizou querem nos tomar.

No entanto, nós temos direitos. Precisamos nos unir porque a luta é longa. Quanto mais unidos em torno de nossa associação, mais certos da vitória nós estaremos. Nossa luta é questão de justiça social.

Contamos, portanto, com o apoio e a solidariedade de todas as pessoas comprometidas com os interesses populares".

Diante do exposto julgamos que os nobres Representantes do povo nesta Casa não titubearão em apoiar e solidarizar-se com os moradores destas vilas, sempre oprimidos e espoliados pelo selvagem sistema capitalista implantado em nossa Pátria.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, solicitando maior agilização ao pagamento do PROAGRO.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1.980.

(a) LINEU TURRA.

#### JUSTIFICATIVA:

A cobertura do PROAGRO, verificada a frustração da safra, é procedida após, em média, 4 meses do laudo técnico do órgão competente.

Verificada a extensão dos prejuízos, a cobertura do PROAGRO, corresponde a oitenta por cento do valor financiado, ficando o agricultor com a responsabilidade de 20 por cento.

Ocorre que a demora do PROAGRO em cobrir a parte que lhe pertence, obriga o produtor a arcar com a responsabilidade dos juros integrais ao valor financiado, e não apenas sobre os 20 por cento de sua responsabilidade, elevando de forma significativa os custos financeiros que recai sobre os ombros do agricultor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, Governador do Estado, General Ney Aminthas de Barros Braga, Senadores e Deputados Federais, representantes do povo no Congresso Nacional, reivindicando diante da necessidade atual, urgência

na duplicação da BR-277, a partir do quilômetro 565, onde se localiza a balança de pesagem eletrônica até o quilômetro 604, onde se encontra o entroncamento da PR-182 estrada que demanda ao Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo reivindicação feita pelo nobre Vereador Victório Moretti, do PMDB de Cascavel, reforço através deste pedido, a necessidade do atendimento ao que se requer, já que a sugestão proposta se faz necessária devido a localização do Distrito Industrial de Cascavel, às margens de uma das mais movimentadas rodovias e por ser o corredor de exportação entre toda a região e o Porto de Paranaguá.

A duplicação da citada rodovia virá, portanto, beneficiar sobremaneira toda a área do Distrito Industrial que será ampliada com sua implantação à área já existente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário da Segurança Pública, consubstanciando o seguinte pedido de informações:

1. Quais as atribuições da Delegacia de Ordem Social, sediada em Curitiba;

2. Quantas intimações foram expedidas pelo referido órgão policial no dia 28 de novembro, quais os nomes das partes, o motivo das convocações e os horários fixados para os comparecimentos.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1.980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Instituído pela Editora "O Estado do Paraná", o prêmio "Corujinha de Ouro" é destinado aos desportistas que mais se destacaram no futebol profissional de cada ano.

O processo de escolha obedece a critérios rígidos e de tal forma definidos, que os eleitos, ao receberem o seu prêmio, são depositários da preferência de um selecionado e imparcial corpo de jurados.

Promoção louvável sob todos os títulos, a "Corujinha de Ouro" representa importante conquista para dirigentes, jogadores, juízes e jornalistas esportivos.

Ao propor a esta Assembléia Legislativa a presente homenagem, reconhece este parlamentar a decidida cooperação que a Editora "O Estado do Paraná" empresta à causa do esporte.

É o requerimento, apresentado na forma regimental e do qual peço que a Casa dê ciência ao Editor de Esportes da citada empresa jornalística, Luiz Augusto Xavier e ao seu Diretor, Mussa José Assis, bem como ao Diretor Presidente da organização, Deputado Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Cel. Haroldo Ferreira Dias, DD. Secretário da Segurança Pública, solicitando seja destinado à Delegacia de Polícia de Toledo, um veículo e certa quantidade de combustível.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1.980.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

O veículo acima solicitado viria atender à manutenção das atividades desenvolvidas pela Delegacia de Polícia de Toledo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um fato que merece novamente ser trazido a esta tribuna, é o relacionado com o plebiscito do Uruguai.

Começou a decomposição dos regimes militaristas do Cone Sul, Sr. Presidente. É a primeira vez que a América Latina dá uma demonstração de grande interesse de libertação, e este fato naturalmente trouxe ao Brasil e aos demais países da América Latina, um avanço de natureza ideológica e uma conquista que o povo uruguaio demonstrou com determinação e com coragem, e é por admiração a este povo, a este país oriental da América do Sul, que por muitos e vários e longos anos, vem perdendo o maior contingente cultural do seu país.

Ali onde são formados juristas dos mais eminentes, onde a cultura é um privilégio para a América Latina, onde os seus jovens emprestavam a toda a América Latina um contingente de trabalho, de inteligência e de determinação política.

Depois que os militares assumiram o poder, depois de vários e muitos golpes, os jovens começaram a sair do seu país. Vieram para o Brasil, foram para a Argentina e demandaram para outras plagas da própria América Latina.

Hoje o Uruguai, Sr. Presidente, é visto como um País de velhos, um país de pessoas aposentadas que pouca esperança têm no futuro de sua Pátria, e mesmo assim, composto de maior parte de pessoas de mais de 50 anos, segundo umas estatísticas, soube dar a sua demonstração de coragem, de zelo e de patriotismo, rejeitando uma Constituição que queria que o regime vigente se perpetuasse no poder, concentrando as forças de determinação e orientação do País nas mãos dos militares e esta demonstração, expressa por quase dois milhões de eleitores uruguaios, onde 57,8 por cento rejeitaram a proposta do Governo de transformar a Constituição num instrumento de manutenção de uma Pasta do Governo.

Isso representou para os partidos de oposição, para a Democracia, para a liberdade, para as ideologias que se formam no sentido do bem comum, representou uma espada na garganta dos militares de toda a América Latina.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de se prestar uma homenagem ao povo uruguaio, e lamentavelmente tenho que estar concluindo, mas não quero deixar de registrar que, dos praticamente dois milhões de eleitores existentes no Uruguai, 879 mil e 765 votaram contra o projeto do governo.

Vale dizer, não desejando a concentração de poderes nas mãos de juntas militares e 42,2 por cento, quem sabe, até pressionados pelo Governo, pelo regime de forças, votaram a favor do Governo.

Isso representa uma derrota para os regimes militaristas ter mais de 15 por cento do contingente eleitoral, 237 mil e 486 votos contra o projeto do Governo, e é de se perguntar, Sr. Presidente, por que o Governo brasileiro não se encoraja também a convocar a Nação brasileira para saber se quer ou não quer fazer um plebiscito nacional, onde as forças vivas da Nação possam ser articuladas para constituir neste País um regime institucionalizado, democraticamente perfeito.

Para que a Nação possa conduzir-se com coragem e com determinação, e com reestruturação básica em todos os setores da atividade nacional.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a

palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela primeira vez com muita satisfação, não ocupo este horário do Pequeno Expediente para falar em meu nome, mas para ler, por solicitação de um colega, o nobre Deputado Gabriel Sampaio, um seu discurso, que diz o seguinte: (LÊ):

“O político é o canal de comunicação entre o povo e a autoridade constituída. A nível municipal, cabe aos vereadores encaminhar os problemas de sua cidade, manifestados através da população, ao prefeito.

Aos deputados, cabe ouvir os apelos e reclamos de todo o Estado, encaminhando-os ao governador. Quando existe o atendimento destas reivindicações, pode-se dizer que se vive numa democracia plena, onde o povo é ouvido.

E no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a população está sendo ouvida em seus reclamos, por intermédio daqueles que integram a Assembléia Legislativa, o Governo Ney Braga está provando que está aí para atender aos apelos formulados pelos paranaenses.

Há cerca de três semanas, ocupamos esta tribuna para fazer uma reivindicação em favor do comércio em geral, que enfrenta uma série de problemas em função da inflação galopante. Reivindicamos, naquela oportunidade, ao Governador Ney Braga, e ao Secretário das Finanças, Edson Guimarães, a dilação do prazo para o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias referente ao mês de dezembro.

E este apelo, que não foi somente nosso, mas de toda a Casa, que aprovou envio de ofício ao Governador e Secretário, foi prontamente atendido. Ontem, o Secretário das Finanças, Edson Guimarães, anunciou o benefício para o setor.

Agora, os comerciantes poderão pagar o ICM deste mês em duas parcelas, nos meses de fevereiro e março. Fica assim parcialmente desafogado o setor que neste mês enfrenta o problema financeiro, principalmente em função do pagamento do décimo-terceiro salário dos funcionários.

Está provado assim, com o benefício que vai atingir o excedente relativo à média das arrecadações nos últimos cinco meses, que o Governo está ouvindo o povo do Paraná.

Também fica provado que o Poder Legislativo, embora ainda esteja cercado em muito pelo Executivo, pode ser valorizado pelo governo de um Estado.

Esta atitude do Governador deve ser motivo de júbilo para todos nós que integramos esta Casa e um incentivo para que continuemos trabalhando em benefício daqueles que são os responsáveis pelo fato de hoje estarmos aqui, ocupando 58 cadeiras neste Poder.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, estivemos, ainda que rapidamente, na cidade de Ponta Grossa, mais precisamente para o encontro com os estudantes daquela cidade, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Aqueles que fazem refeições no restaurante universitário porque, como se sabe, a decisão do DCE — Diretório Central dos Estudantes, para o fechamento do restaurante universitário, pois em 16 dias, apresentou um prejuízo de 200 mil cruzeiros.

Sendo que, segundo o Presidente do DCE, o acadêmico Eduardo Ludik, não há mais condições. As verbas prometidas pelo MEC, não foram enviadas e que o restaurante universitário faria com que os trabalhadores naquele restaurante, no caso

específico as cozinheiras, entrassem em férias forçosamente, pois não há condições de prosseguir servindo carne hoje, e amanhã o osso desta mesma carne.

Isto, nas palavras de Eduardo Ludik, Presidente do DCE. Informa-se também que não virão as verbas prometidas pelo MEC, pois, como se sabe, as universidades estaduais e particulares não teriam mais a ajuda do MEC, dada a deficiente verba para a educação em nosso País, e que o restaurante universitário estaria funcionando tão somente para servir lanches, o que se torna um verdadeiro absurdo.

É sabido que de lanche, nenhum estudante pode viver mais de três ou quatro dias, que acaba até enjoando; sanduíche hoje, sanduíche amanhã, no terceiro ou quarto dia não há mais possibilidade de continuar com o sanduíche.

Motivo pelo qual, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para fazer um apelo ao líder situacionista desta Casa, Deputado Erondy Silvério, para que, fazendo contatos com o Sr. Secretário da Educação, possa também solicitar do Sr. Governador do Estado uma medida urgente, para que o restaurante universitário da cidade de Ponta Grossa, seja reativado e os estudantes não sejam proibidos de almoçar ou de jantar, dada a péssima condição em que se encontra hoje o restaurante universitário do Diretório Central de Estudantes, da cidade de Ponta Grossa.

É o apelo que reitero ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário da Educação, para que o mais breve possível possa observar o que está acontecendo hoje na cidade de Ponta Grossa, chamada a Capital Cívica do Paraná, talvez a Capital Cultural do Estado do Paraná, mas que não tem condições de alimentar seu estudante.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Poucas vezes, ou muito raras, assumimos a tribuna para elogiarmos medidas governamentais. Na verdade, sobram temas para a Oposição criticar e combater as atitudes assumidas pelos governos. Aliás, prova disto é que nos últimos tempos, representantes do próprio Partido do Governo, têm disputado com a Oposição assuntos mais diversos, para criticar medidas governamentais.

Mas vimos com o propósito de elogiar uma atitude do Governo, muito embora o preço da gasolina chegue a 51 cruzeiros, infernando cada vez mais a vida deste povo, não se pode desconhecer e talvez das medidas tomadas por este Governo, talvez a primeira e a única desde que surgiu o problema energético, que o Governo pretende tomar — refirmo-me à anunciada campanha que o Governo vai desenvolver para incrementar e fomentar o veículo de duas rodas.

Até parece piada.

Mas, na verdade, uma coisa tão simples, tão eficiente, porque na realidade, o que o Brasil precisa e este Governo que fala em grande potência, em Brasil gigante, é colocar os pés no chão. A partir do instante que o Governo diz que vai facilitar a compra de uma simples bicicleta, este Governo nada mais está fazendo do que atender à grande maioria do povo brasileiro.

Porque, na verdade, hoje o poder aquisitivo do povo está tão diminuto, que o financiar uma bicicleta é realmente uma atitude de governo, porque vai de encontro aos grandes anseios da população que está tão depauperada que só tem condições de comprar uma simples bicicleta.

A meu ver esta atitude trará, na realidade, uma contribuição muito mais valiosa, em termos de economia de combustível, em termos de contribuição para melhoria do nível ambiental, porque, à medida que se tirar um automóvel e se der

lugar a uma bicicleta, maior tranquilidade aos centros urbanos, menos poluição, menor consumo de combustível está se dando.

Além do mais, está se contribuindo até para quebrar um preconceito burguês que se instalou a partir do infame instante em que o homem descobriu o automóvel. Hoje o automóvel é "status" burguês na sociedade capitalista.

Assistimos, envergonhados, hoje todo bom executivo se recolher na intimidade do seu lar, em cima de um ciclobel, em cima de uma bicicleta sem rodas, fazer seu exercício, e não assumir de público este salutar exercício.

Por isso, acredito que essa medida vai conciliar duas coisas muito importantes: primeiro, vai contribuir para melhoria da economia do povo. Segundo, vai contribuir para melhoria da própria saúde, porque vai fazer com que a popularidade desse veículo retorne à sociedade; vai fazer com que o homem brasileiro retorne a esse salutar hábito do exercício físico.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No dia 03 de novembro esta Casa aprovou um requerimento de nossa autoria, endereçado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, exigindo providências sobre os roubos de veículos, caminhões, caminhonetes na região do norte paranaense.

Na ocasião, levantamos o problema de que mais de cinco mil veículos brasileiros transitavam livremente em território paraguaio.

Depois, a 19 de novembro, esta Casa também aprovou requerimento ao Ministério da Justiça, solicitando providências e um outro ao Ministério das Relações Exteriores, basicamente com o mesmo teor.

Os jornais estampam que quadrilhas foram desbaratadas no Paraná. Depois das denúncias feitas nesta Casa, parece que as autoridades resolveram agir.

João Damico, o maior ladrão de caminhões de cargas no Brasil, foi preso há menos de uma semana, na cidade de Maringá. Era um fazendeiro muito conceituado, com amigos muito importantes, inclusive da área governamental do Paraná.

Em Cianorte, a Polícia Federal numa ação conjunta com o 7o. Batalhão da Polícia Militar de Cruzeiro D'Oeste, desbaratou uma quadrilha que, só este ano, contrabandeou para o Paraguai aproximadamente 200 veículos furtados só na região de Cianorte, Noroeste do Paraná.

O Delegado de Polícia de Cianorte, envolvido no escândalo, já foi afastado, e ainda hoje será designado um novo Delegado para o posto. Também um político influente de Cianorte está envolvido.

Agora, o mais grave, o que efetivamente vem confirmar as nossas denúncias, de que no Paraguai existem mais de cinco mil veículos roubados aqui no Paraná, em território paranaense, a quadrilha é integrada por altos oficiais do Exército do Paraguai.

Ali o Exército é dividido, uma parte cuida do jogo, a outra do contrabando de tóxicos, e uma terceira ala do Exército Paraguai cuida do contrabando de carros.

Em Cianorte, um dos receptadores é militar da alta patente do Exército do Paraguai, homem de cozinha do Presidente Stroessner, do Paraguai. Os veículos roubados aqui no Paraná, são facilmente transportados para o vizinho País. E ali, após um certo período, a Polícia declarava o veículo abandonado, e em seguida o mesmo era enviado a um leilão público.

Ora, ocorre que um civil que quisesse participar desse leilão, teria que pagar uma taxa equivalente ao preço do veículo que se estava por 150 mil em leilão, o civil teria que pagar 150 mil de taxas para concorrer ao leilão. E esta taxa

não existe para o Exército paraguaio, para os integrantes do Exército corrupto do Paraguai.

Além da Binacional Itaipu, de muitas histórias de corrupção, porque em Itaipu está plantado hoje o grande império da corrupção da América Latina, existe agora a Binacional do contrabando, envolvendo gente importante dos dois países, a nível de governo aqui e de governo lá, não devemos nos iludir, foram presos os peixinhos ali em Cianorte e em Maringá, os tubarões estão pisando os grossos carpês do Ministério em Brasília, dos Palácios de Governo por este País todo. Os tubarões não vão para a cadeia; nunca vi rico na cadeia, neste País.

A verdade é que recebemos inclusive apelos de São Paulo, de pessoas que tiveram — o caso de Dona Terezinha de Jesus Silva, o marido e a caminhoneta — desaparecidos há quase um ano.

Então, o problema do contrabando não só do café, que foi uma grande farsa para o Paraguai equilibrar a balança comercial, mas no contrabando de carros tem gente grossa envolvida, do Governo brasileiro, do Governo até do Estado do Paraná, e do Governo do Paraguai não é novidade para ninguém, porque a corrupção é uma só, desde o soldado raso, até Stroessner.

Vamos aguardar a resposta desses requerimentos que enviamos ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça, porque pode ser que tenha gente também desses Ministérios, envolvidas.

Aí é claro que não vão nos responder. Mas esperamos que não; que haja realmente a resposta, que se coloque um paradeiro a esse contrabando de veículos roubados principalmente no Estado do Paraná e levados para o vizinho país, corrupto e podre, que é o Paraguai.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez chamamos a atenção sobre a greve dos motoristas de Guaíra, que desde terça-feira, dia 23 de novembro, estão parados com a adesão diária de mais caminhões todos os dias que passa, desaparecidos pelas autoridades, aquele movimento.

Hoje, mais de uma centena de caminhoneiros, transportadores de trigo no Oeste do Estado, encontram-se em greve deflagrada, em vista dos baixos preços que recebem pelo frete e transporte de trigo, mesmo após terem apelado aos órgãos competentes, bem como às transportadoras que, segundo eles, após análise feita, verifica-se que estão ganhando mais que os sacrificados motoristas, responsáveis pela manutenção de seus veículos e de suas famílias.

É a mesma história de sempre, o capital desfraldando o trabalho.

E tudo isso ocorre com as vistas grossas do Governo e com o desamparo que este Governo dá às classes trabalhadoras.

Entramos em contato verbal com o chefe de Divisão do CETRIN — PR, Eloi Gomes, isto na semana próxima passada, e este nos afirmou que na oportunidade não tinha conhecimento da greve.

Ainda na manhã de ontem, o Sr. Vitório Martini, Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Cascavel, esteve em Guaíra, atendendo a nosso pedido, e hoje nos informa que a Federação da classe enviou ofício ao CETRIN, solicitando aumento na tabela existente, referente ao pagamento do frete aos caminhoneiros.

Até o presente momento, não existe nenhuma resposta oficial por parte daquele órgão. E pior ainda, no manifesto da

transportadora, não consta o preço que a mesma recebe na intermediação, só o preço pago ao carreteiro, sendo que o ISTR é cobrado apenas do motorista, isentando assim a transportadora, e pelo que entendemos, esta é uma forma de sonegação de tributos devidos.

Com referência ao trajeto Santa Helena — Guaíra, numa distância de 130 quilômetros, o preço do frete é de 246 cruzeiros a tonelada, onde é reivindicado 30 por cento sobre a tabela e mais 20 por cento devido a trecho percorrido em estrada macadamizada, atingindo um total de Cr\$ 382,00 por tonelada transportada.

Sem o atendimento a essa reivindicação, os motoristas, os caminhoneiros, não têm condições de continuar o seu trabalho, e se manterão em greve partindo inclusive, dentro das necessidades, para a formação de piquete, proibindo os demais caminhoneiros de continuar com o transporte do trigo.

Amanhã, novo aumento no preço do petróleo e seus derivados, nova ameaça para a classe, dentro do atual sistema de pagamento pelo frete que fazem. A intermediação é uma das causas principais, e a classe chega a reivindicar inclusive, além do aumento já mencionado, o pagamento pelo frete, diretamente através das agências do Banco do Brasil para que o prejuízo não sejam tão profundos.

As lideranças do movimento paredista, encabeçada por Guido Ruedell, e outros profissionais capacitados, entraram em contato inclusive com o Comando da 5a., Cia. de Fronteira, sediada em Guaíra, comunicando que estariam em greve. Ainda no domingo, este Parlamentar esteve em visita ao Comandante Major Ângelo Suppa, ocasião em que, no diálogo que mantivemos, o Major achou justa a reivindicação da classe, a qual se mantinha pacífica. E aquele comando espera que o movimento paredista não fuja do ciclo de quietude, que até então se mantinha.

Mas, diante do não atendimento de suas reivindicações, cremos que a classe deverá usar de outros instrumentos, eis que a situação dos mesmos não é tranqüila, diante das ameaças a que estão expostos, e principalmente pelo silêncio dos órgãos atinentes ao setor.

E, diante do aqui exposto, da reivindicação mais do que justa, voltamos a nos solidarizar com a classe, ocasião, em que apelamos aos órgãos competentes para que dêem solução imediata ao impasse criado.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, ouvi atentamente o pronunciamento do nobre Deputado José Tavares, em que falava de um movimento da oficialidade contra o Governo do Estado, e tomando conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em contato com vários oficiais da nossa Corporação, não poderia ficar alheio e deixar de trazer ao conhecimento desta Casa, de que isso não retrata a realidade dos fatos.

Na realidade, a Polícia Militar está reivindicando melhores salários e com muita justiça, mas não existe nenhum movimento contra o Governo do Estado, e temos conhecimento de que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, enviará ainda neste período de convocação extraordinária, mensagem a esta Casa, reajustando os vencimentos da Polícia Civil e da Polícia Militar, porque o Governador Ney Braga, que antes de assumir o Governo, dizia que sua meta prioritária seria no campo social de valorização da pessoa humana, e tem sido a sua grande preocupação, procurando oferecer melhores condições àqueles que trabalham, principalmente àqueles que man-

têm a nossa segurança.

Se hoje não recebem aquilo que deveriam receber, dado as dificuldades, mas dentro da possibilidade, o Governo está procurando reajustar e oferecer melhores condições ao funcionalismo.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência, efetivamente, tem toda a razão, porque ontem, após o pronunciamento do Deputado Tavares, realmente me preocupei quando Vossa Excelência afirmava quase que categoricamente de sua tribuna, que haveria um movimento de conseqüências seríssimas, se o Governo do Estado não atendesse as reivindicações da Polícia Militar do Estado.

Ele, em conversa com a maioria dos Oficiais da Polícia Militar, havia sentido esta posição. Então eu, que também conto com amigos naquela Corporação, e amigos de muita influência, Oficiais, Superiores da Polícia Militar, me apressei a conversar, a exemplo do que fez Vossa Excelência com diversos Oficiais, que negaram absolutamente o fato.

Que o movimento reivindicatório existe, não só com relação ao Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado como com algumas distorções que vão se verificar fatalmente com a implantação do novo aumento, de 72 por cento ao funcionalismo público a partir de 01 de janeiro e preocupados também com o problema da direção da Polícia Militar do Estado, em cujo posto eles pleiteiam a indicação de um elemento da Corporação e que já foi objeto inclusive da apreciação, não só da Bancada do Governo, como das bancadas de Oposição, desta Casa.

Então, quero confirmar o que Vossa Excelência está dizendo, que esses Oficiais me disseram inclusive que há um movimento reivindicatório do que é justo e que também consideramos justo, mas jamais a indisciplina de paralisar, de forçar o Governo. Absolutamente.

Eles estão confiantes na ação serena, equilibrada do Governo do Estado e o que Vossa Excelência traz à Casa, realmente, hoje, acontecerá ainda no período extraordinário.

Essas distorções serão corrigidas através de uma nova mensagem, não só à Polícia Militar do Estado, mas também à Polícia Civil.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado e líder da nossa bancada, Erondy Silvério, o vosso aparte que vem confirmar o nosso pronunciamento e dizer da nossa tranquilidade, porque quando a Oficialidade pleiteia e com muita justiça, melhor vencimento, também a nossa certeza de que o Governador do Estado está sensível a essa reivindicação e procurará dar o atendimento a esta classe.

Tranquilidade, eu disse, porque não sei o que seria deste País se estivesse em greve a Polícia Militar.

A nossa justiça, e onde estaria a nossa segurança? Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna nesta tarde, pretendia trazer mais alguns dados que estava colhendo junto à Secretaria da Justiça, mas a pedido do nosso eminente Deputado Lázaro Dumont, que deveria fazer o pronunciamento hoje e eu, em data de amanhã, vim hoje ainda com falta de alguns dados.

Mas, em 1971, quando cheguei a esta Casa conhecendo a dificuldade de muitos serventuários da Justiça, porque quando se fala em serventuários da justiça, a primeira coisa que se pensa é no titular do cartório de protesto, de títulos e móveis, dos grandes centros que ganham "rios de dinheiro", mas se esquecem daquele pequeno serventuário do distrito, que se aposenta e que passa a receber menos que o salário mínimo e que não tem condições de sobrevivência.

Mas cheguei a esta Casa, e aqui se encontrava um Deputado que se intitulava "o representante dos serventuários da

justiça", e como tal, fez a sua campanha.

E eu que saí de uma região do Norte do Paraná, sem usar na minha campanha a condição de serventuário, vim representando uma região e não usei a minha classe para angariar votos, mas estava preocupado e aguardando o trabalho que deveria fazer o que se dizia representante da classe.

Quatro anos se passaram. Em 1974, reeleito para esta Casa, este Deputado que se dizia o representante dos serventuários, aqui não voltou mais. Eu julguei por bem iniciar um trabalho junto à Secretaria da Justiça, junto ao IPE, junto à Secretaria dos Recursos Humanos.

E em 1976, catalogamos dados de todos os setores e fizemos um apelo ao Governador, para que ele estudasse a situação dos serventuários não remunerados e dos remunerados. Porque hoje há uma diferença do serventuário remunerado com uma aposentadoria e o não remunerado com outra aposentadoria.

E para que os nobres Deputados tomem conhecimento, um serventuário da justiça da Capital, aqui em Curitiba, do melhor cartório, ao aposentar, terá um vencimento que não alcança 12 mil cruzeiros. Esta é a entrância final. Na entrância intermediária que é São José dos Pinhais, não chega a 9 mil cruzeiros e da entrância inicial, o cartório distrital, não chega a um salário mínimo.

E nós, constantemente, temos sido procurados por serventuários hoje na inatividade, às vezes para pedir remédio, às vezes para pedir outro tipo de ajuda. Porque aquela pequena aposentadoria que recebe, é insuficiente para a sua sobrevivência.

Fizemos um estudo e depois de tramitar por muito tempo por várias Secretarias, chegou ao Governador do Estado, ao então Governador Jayme Canet Júnior, nesse estudo, dizia a sua assessoria de que a despesa com aposentadoria alcançava a cifra de 14 milhões, 767 mil, 510 e 71 centavos, e que com o reajuste, passaria a 19 milhões, 197 mil, 763 e 93 centavos. Um reajuste quase que irrisório, e infelizmente, não foi encaminhada a Mensagem a esta Casa.

Voltamos novamente a pleitear um melhor vencimento para esses serventuários. E em 1979, apresentei um projeto de lei em que estipulava uma aposentadoria aos serventuários inativos, e uma aposentadoria com uma contribuição e um prazo de carência para os atuais serventuários, que deveriam ter uma participação mensal enquanto estavam em atividade e o Governo proceder um reajuste da taxa judiciária que hoje a despesa para a arrecadação é superior à arrecadação.

E que se esta taxa judiciária não fosse suficiente, que instituisse até o selo de aposentadoria, que alguns dizem ser um retrocesso.

Mas o que não pode é continuar como se encontra esta classe que dá segurança à família, ao lavrar uma escritura, ao entregar um documento sério que é a segurança de todos, na hora do nascimento, do casamento, na hora do óbito, que ele fique na sua velhice desamparado.

Este projeto que apresentamos, foi à Comissão de Justiça e designado um Relator, o eminente Deputado Augusto Carneiro. Sabemos nós que um projeto nestes termos, que acarreta despesa, em que prevê a arrecadação, sabemos que hoje a nossa limitação como Deputado, não nos oferece condições quase que de apresentar projetos nesta Casa, a não ser os títulos de cidadão honorário, de utilidade pública e numa margem muito pequena.

Entendi de apresentar este projeto mesmo considerando inconstitucional, mas que ele servisse como uma sugestão, para que fosse encaminhada a esta Casa uma Mensagem. O nobre Deputado Augusto Carneiro, sabendo da dificuldade de emitir um parecer, pediu que convertesse em diligência à Secretaria de Recursos Humanos. Isto, já em setembro de 79, e até hoje não veio nenhuma resposta à nossa C.C.J.

Ontem, fui pessoalmente, junto com o Deputado Augusto Carneiro, à Secretaria de Recursos Humanos, para conversarmos com o Secretário e ver por que não tinha qualquer pronunciamento favorável ou contrário para saber o nosso procedimento.

Já havíamos conversado com Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, como já disse no início da minha fala, que é um homem sensível e que está administrando voltado para o campo social, pensando na valorização da pessoa humana, estava ele sensível com uma melhor situação do serventuário. Já havia pessoalmente recomendado ao Secretário da Justiça que determinasse um estudo com referência à aposentadoria dos serventuários. Ontem, o Secretário dos Recursos Humanos se comprometeu e, em seguida, já com o estudo praticamente concluído, participou de uma reunião com o Secretário do Planejamento e o Secretário da Justiça, para que fosse estudada a possibilidade de aproveitamento da nossa proposta ou de uma outra mensagem a esta Casa.

Estamos aguardando este estudo. Pretendo ainda hoje, junto com o Deputado Augusto Carneiro, falar com o Secretário do Planejamento, Dr. Véspero Mendes, para que determine um estudo com a máxima urgência, possibilitando que seja encaminhado a esta Casa, ainda neste período extraordinário, uma Mensagem dando condições de reestruturação deste quadro, nos moldes do anteprojeto encaminhado pelo Tribunal de Justiça a Sua Excelência o Governador do Estado, também pretendendo uma reestruturação do quadro do Tribunal de Justiça.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Gilberto Carvalho, quero, nesta oportunidade, parabenizar-me com Vossa Excelência pelo pronunciamento que está fazendo, abordando um assunto que já temos particularmente conversado sobre ele, e que achamos de grande importância, até social.

Porque nós que temos atuado e procurado e todas as pessoas que têm procurado resolver este problema da melhoria de salário, na aposentadoria do Serventuário da Justiça, têm encontrado uma série de dificuldades.

Porque as alegações que têm sido feitas por parte dos órgãos responsáveis por esta aposentadoria, é de que o serventuário da justiça, na sua grande maioria, ele já forma no exercício do mandato, um pecúlio para a sustentação de sua família.

No entanto, isso não procede, porque nós todos, os políticos principalmente, que têm vivência no interior do Estado todo, sabem de que nas grandes comarcas e mesmo na Capital, o serventuário da justiça, não remunerado, como oficial de registro de imóvel de algumas cidades, alguns tabeliões, realmente podem e têm condições de fazer um fundo pecuniário capaz da sustentação de sua família na hora em que não têm mais capacidade de trabalhar.

No entanto, a grande maioria, a esmagadora maioria dos serventuários da justiça, que são os serventuários de pequenos distritos e de comarcas sem expressão, esse pessoal, depois de uma existência toda de trabalho, encontra as maiores dificuldades de sobrevivência na sua velhice.

É exatamente olhando a situação desta maioria, é de que o Governo do Estado, e nós todos, homens bem intencionados e de boa fé, devemos nos irmanar nesta luta e dar condições a estes homens que trabalham, durante a sua existência a serviço da comunidade, para que tenham uma velhice pelo menos com uma condição de sobrevivência, um ordenado, se não grande mas que seja o necessário para atender as suas mínimas necessidades.

Por isso, nobre Deputado, me parabenizo com Vossa Excelência e reafirmo aqui e espero, porque tenho tido alguns contatos com os Secretários de Estado, da atualidade e também

com o Governador, espero que a hora é oportuna, de que a hora está madura, para que se possa resolver e dar condições a esses serventuários da justiça, olhando principalmente esta grande maioria que eu já falei, que são os que mais necessitam. Dando uma aposentadoria compatível com o trabalho que eles têm prestado para este Estado e esta Nação.

Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu é que agradeço a Vossa

Excelência, nobre Deputado, o aparte que vem valorizar o nosso pronunciamento e testemunhar o trabalho também que Vossa Excelência tem desenvolvido em favor dos serventuários, com os vários contatos, sem fazer alarde, porque assim todos nós temos procedido nesta Casa, como Deputados e em serventuários, sem usar, principalmente neste ano que não é um ano político, todos nós demonstramos que toda a nossa campanha, jamais usamos o nome da classe para fazer campanha; mas temos por obrigação, nós que conhecemos esta real situação, de fazer a defesa, se não vamos optar, a nossa aposentadoria pela classe dos serventuários da justiça, mas nós temos obrigação, pelo conhecimento que temos, de defender esta classe.

E não poderia, Srs. Deputados, depois desses quatro anos de trabalho, procurando consertar e dar uma melhor condição à classe dos serventuários, depois de ter apresentado este projeto incluído na Ordem do Dia, que foi antes de ontem, rejeitado em primeira discussão, pela condição talvez institucional, de por recomendação nós teríamos que vir a esta tribuna demonstrar a nossa lealdade como homem de partido, mas a nossa defesa também aos interesses daqueles mais humildes e que necessitam, e a nossa confiança no Sr. Governador do Estado, que é um homem sensível, preocupado, procurando dar melhores condições sociais ao nosso Estado.

E neste momento, dirigimos um requerimento de apelo a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, no sentido de que encaminhe ainda neste período extraordinário, a mensagem propondo a regularização da situação da aposentadoria dos serventuários da justiça.

Nosso requerimento está vazado nos seguintes termos. (LÊ): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, um apelo no sentido de ser remetida a esta Casa, entre as matérias a serem deliberadas dentro do período de convocação extraordinária, a Mensagem que dispõe sobre a aposentadoria e pensão dos serventuários da justiça, bem como de outros aspectos referentes à situação funcional da referida categoria."

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1980.

Era o nosso apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PTB. — (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem



do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 34/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UBIRATÃ, com sede e foro na cidade de Ubatã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em regime de urgência. — **Aprovado**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 44/80), que altera a legislação e autoriza o pagamento de pensão à viúva e filhos dos servidores civis e militares. Parecer Favorável da C.C.J. Em regime de urgência. — **Aprovado**.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Klemz, ocorrido na cidade de Ibirama. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Luiz Totti. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela reeleição do Sr. Dionísio Opuskevich, para Presidente do Sindicato Rural de Prudentópolis. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Editora "O Estado do Paraná", pela entrega do prêmio "Corujinha de Ouro". — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, com o apoio de Srs. Deputados Erondy Silvério e Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para pleitear dos Srs. Ministro do Interior e Presidente do BNH, a liberação de recursos para que as entidades encarregadas dos programas de habitação popular possam desenvolver normalmente seus programas. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a agilização do processo de cobertura do PROAGRO. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela outorga da carta sindical ao Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná, por ato do Ministro do Trabalho. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações, sobre as atribuições da Delegacia de Ordem Social, sediada em Curitiba, e quantas intimações foram expedidas pelo referido órgão policial no dia 28 de novembro. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, e outras autoridades, encarecendo a duplicação de trecho da BR-277. — **Aprovado**. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio e solidariedade aos moradores das Vilas Parolim e Guaíra, por intermédio de suas Associações de Moradores e Amigos, desencadeiam Movimento de Posse da Terra onde moram. —

**Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio de Sr. Deputado Augusto Carneiro, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de ser remetida a esta Casa, entre as matérias a serem deliberadas dentro do período de convocação extraordinária, a Mensagem que dispõe sobre a aposentadoria e pensão dos Serventuários da Justiça. — Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao jornal "Diário Popular", pela promoção "Chuteira de Ouro", em seu quarto ano de absoluto sucesso. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, objetivando a criação de uma escola agrícola, na sede do Município de Prudentópolis. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de serem tomadas providências a fim de que as certidões negativas do FUNRURAL sejam fornecidas pelo órgão local. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que forneça a necessária frota de veículos ao destacamento da Polícia Militar, lotado no Município de Cianorte. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 16º aniversário de Santa Izabel do Oeste. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado, no sentido de determinar pesquisas e estudos sobre a correlação entre a expansão da soja e do declínio da suinocultura, no território paranaense. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança, encarecendo seja destinado à Delegacia de Polícia de Toledo, um veículo e certa quantidade de combustível. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, em forma de apelo, no sentido de ser realizado, na sede do Município de Prudentópolis, o Curso de Estudos Adicionais, com o objetivo de facilitar a frequência dos professores ali radicados. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 47 e 150/80, e de Resolução nºs 313/77 e 60/80.



Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira,  
dia 05, às 10:00 horas, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 34 e 95/80.  
Levanta-se a sessão.

ORDEM DO DIA: